



Patrimônio cultural em tempos de crise: Memória, política e pandemia na América Latina

Leonardo Barci Castriota

Universidade federal de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-9159-1787>

leonardo.castriota@icomos.org

RESUMO

O artigo examina como a pandemia de COVID-19 atuou como catalisador de uma crise mais ampla na América Latina, marcada por estagnação econômica, instabilidade institucional e polarização política, configurando um cenário “pós-democrático”. Nesse contexto, a memória coletiva torna-se campo de disputa: monumentos e narrativas oficiais são contestados, ressignificados ou removidos — com o caso chileno como exemplo —, revelando patrimônios dissonantes e tensões sobre pertencimento e reconhecimento. No âmbito das políticas de patrimônio, observam-se cortes orçamentários, desmonte institucional e captura por agendas de ocasião; o Brasil ilustra esse movimento com mudanças administrativas e tentativas de reduzir o papel técnico de órgãos de proteção. O texto conclui que enfrentar a crise requer ir além da preservação material, incorporando dimensões sociais, participativas e digitais, e reivindica marcos de governança inclusivos, cooperação transnacional e mediação qualificada de conflitos, reafirmando o patrimônio como bem público e instrumento de solidariedade em tempos de incerteza.

Palavras-chave: patrimônio cultural; crise; América Latina; memória coletiva; pandemia.

Cultural heritage in times of crisis: Memory, politics, and the pandemic in Latin America

ABSTRACT

The article examines how the COVID-19 pandemic served as a catalyst for a broader crisis in Latin America, marked by economic stagnation, institutional instability, and political polarization, shaping a “post-democratic” landscape. In this context, collective memory becomes a contested arena: monuments and official narratives are challenged, reinterpreted, or removed—exemplified by the Chilean case—revealing dissonant heritages and tensions over belonging and recognition. In the field of heritage policy, the study notes budget cuts, institutional dismantling, and capture by opportunistic agendas; Brazil exemplifies this trend through administrative changes and attempts to curtail the technical role of heritage authorities. It concludes that confronting the crisis requires going beyond material preservation by incorporating social, participatory, and digital dimensions, and it calls for inclusive governance frameworks, transnational cooperation, and skilled conflict mediation, reaffirming heritage as a public good and an instrument of solidarity in times of uncertainty.

Keywords: cultural heritage; crisis; Latin America; collective memory; pandemic.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, que se instalou globalmente a partir de 2020, não constituiu apenas uma emergência sanitária de proporções inéditas em nossa geração¹, como também revelou – e intensificou – uma crise mais ampla e estrutural, cujos efeitos atravessam os planos social, político, econômico e cultural. A disseminação do vírus e as medidas de contenção adotadas por diferentes governos trouxeram à tona desigualdades persistentes, fragilidades institucionais e impasses civilizatórios que, longe de serem produzidos exclusivamente pela pandemia, já vinham se acumulando de forma silenciosa ou normalizada nas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, a crise sanitária pode ser compreendida não como um acontecimento isolado, mas como ponto de inflexão de um processo histórico em curso – uma *krísis*, no sentido grego do termo: momento decisivo que explicita tensões latentes e exige escolhas coletivas. Suas implicações não se limitaram à esfera biomédica: ela afetou profundamente o cotidiano das populações, as formas de sociabilidade, a vida urbana, as instituições democráticas e, de maneira significativa, o campo da cultura e da memória.

É a partir dessa compreensão ampliada de crise que se estrutura o presente artigo, centrado na análise das relações entre patrimônio cultural e crise no contexto latino-americano. Nossa ponto de partida é o reconhecimento de que, já a partir da metade da década de 2010, a América Latina passa a experimentar um ciclo de instabilidade política e recessão econômica que rompe com os avanços sociais e democráticos das décadas anteriores. Esse processo se expressa por meio do enfraquecimento de instituições, do retorno de forças autoritárias, da intensificação das desigualdades e da fragmentação do tecido social.

¹ Ainda que inicialmente subestimada por setores da opinião pública e da intelectualidade – entre os quais se incluíam leituras que identificavam a pandemia como artifício de controle biopolítico, a exemplo da crítica formulada por Giorgio Agamben –, os acontecimentos que se seguiram confirmaram a gravidade do cenário. Para recordar as posições céticas em relação à pandemia, confira: “*La invención de una epidemia*”, texto publicado ainda em 26 de fevereiro de 2020 por Giorgio Agamben e que faz parte da coletânea *A Sopa de Wuhan* (2020).

No interior desse cenário, o campo do patrimônio cultural não permanece imune. Ao contrário: torna-se atravessado por disputas externas, que envolvem políticas de memória, representação simbólica e estratégias de controle institucional, ao mesmo tempo em que enfrenta, em seu interior, uma crise disciplinar profunda. Essa crise se manifesta tanto no questionamento de paradigmas consolidados de conservação e valorização, quanto na emergência de novos sujeitos patrimoniais, que desafiam os modelos tradicionais de legitimação, reconhecimento e salvaguarda.

Assim, o que se observou no início dos anos 2020 foi a confluência entre diferentes dimensões de crise: uma crise política e econômica que reconfigura o continente; uma crise sanitária que amplia a percepção da vulnerabilidade social e do colapso institucional; e uma crise no próprio campo do patrimônio, que se vê compelido a revisar seus fundamentos, seus instrumentos e sua posição diante das transformações contemporâneas.

Foi nesse espírito que, ainda em 2019, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) propôs o *Primeiro Simpósio Científico do ICOMOS América Latina e Caribe*, com o tema “Patrimônio e Crise”. A intenção era debater, de forma transdisciplinar, os efeitos e significados das múltiplas crises que atravessavam o continente e suas implicações para o campo patrimonial. A emergência da pandemia, no ano seguinte, não apenas conferiu dramaticidade ao tema proposto, como impôs novas urgências à reflexão crítica sobre o papel do patrimônio em tempos de desestabilização global.

Este artigo se inscreve nesse esforço de interpretação conjunta, iniciada com aquele evento, propondo uma leitura situada e crítica da relação entre patrimônio e crise na América Latina. Ao privilegiar essa perspectiva regional, busca-se não apenas compreender os impactos da conjuntura recente, mas também evidenciar os modos pelos quais a memória, o território e o patrimônio se tornam arenas centrais na disputa por sentidos, por reconhecimento e por futuros possíveis.

2. UM CONTINENTE CONVULSIONADO: A CRISE SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

No caso da América Latina, parecia-nos muito claro, ainda em 2019, que estávamos em meio a uma forte crise social e política, que vinha suceder a mais de uma década de relativa estabilidade. Efetivamente, nosso continente, cuja história tem sido marcada por uma instabilidade crônica e ataques recorrentes à democracia, experimentara desde o início dos anos 2000 um período estável, com sucessivos governos eleitos e com um relativo sucesso econômico. Assim, no início da década de 2010, os fantasmas dos golpes políticos pareciam afastados de vez, com a redemocratização que vinha em curso desde os anos 1980 aparentemente consolidada, com a realização de seguidas eleições e a sucessão pacífica no poder de diferentes grupos.

Naquele momento parecia também que, junto ao crescimento econômico, finalmente estávamos alcançando uma situação social mais justa e um grau de desenvolvimento mais elevado e, mais importante, sustentável². Neste sentido, um relatório da CEPAL de 2011 apontava que, apesar de se manter “a rigidez das brechas produtivas e a pouca mobilidade desde os setores de baixa produtividade em grupos específicos, estariam diminuindo a pobreza e a desigualdade na região, sendo as principais causas disso “em primeiro lugar, o incremento nos rendimentos do trabalho e, em segundo, o aumento das transferências públicas aos setores mais vulneráveis” (NU.Cepal, 2011)

Chama a atenção aqui a diminuição do índice Gini, que mede a desigualdade, que decresce 1,5% anuais em média na região entre 2002 e 2008 (Cepal, 2018). Também é notável que, particularmente entre 2003 e 2008, a região experimentou um crescimento, que por sua intensidade, duração e características, não tinha precedentes na sua história econômica, com o produto regional crescendo a uma taxa média anual de 4,8% e acumulando um crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita de 22,1%, equivalente a 3,4% anual (Kacef; López-Monti, 2010, p. 37)³. Assim, a situação parecia

² A esse respeito, confira, por exemplo, Belluzzo, 2009; Nayyar, 2014; Piketty, 2014.

³ “Em linhas gerais, esse período se caracterizou não apenas pela melhoria na conta corrente, mas também pela abundância de liquidez nos mercados internacionais de capitais com uma diminuição do risco país. Nesse contexto, as

muito positiva e muito mais promissora que em qualquer outra época, com a conjugação de diversos fatores, como bem aponta Winter:

Uma melhora nos níveis de educação, uma “janela de oportunidade demográfica” única, mais acesso a telefones celulares e outras tecnologias revolucionárias, a contínua ascensão da China, um panorama fiscal saudável e a disseminação quase universal da democracia — tudo isso era citado como fatores que continuariam a impulsionar a América Latina pelos próximos anos. (Winter, 2019)

É importante anotar, no entanto, que a combinação do crescimento econômico com a diminuição da pobreza e da desigualdade não acontece espontaneamente, mas forá, sim, provocada pela presença mais efetiva do Estado, que, em consonância com a orientação progressista da maioria dos governos da região, atuava como ator central nos processos de desenvolvimento, dotando-o de orientação estratégica, e fazendo investimentos significativos em infraestrutura, educação, saúde, e políticas distributivas.

O que aconteceu, no entanto, desde o início da década de 2010, frustrou as esperanças: tanto o crescimento econômico da região se mostrou assentado em bases mais frágeis do que pensávamos, quanto nossos sistemas democráticos entraram em colapso, sob um ataque coordenado. Se no início dos anos 2010 a região ainda vivia o auge do chamado *boom* das *commodities*, as perspectivas mudam ao longo da década, apresentando a América Latina um crescimento econômico médio de aproximadamente 2,2%, muito menor que a média global (3,8%) e particularmente distante de outros mercados emergentes como a Ásia Emergente (7,1%) e em desenvolvimento como a África Subsaariana (4,1%) e o Oriente Médio e o norte da África (3,3%) (Winter, 2019). Com a diminuição do crescimento, abre-se margem para o enfraquecimento dos governos

reservas internacionais foram aumentadas e se reduziu o endividamento líquido externo, fato para o qual contribuiu também a evolução das contas públicas. Além disso, as melhores condições financeiras permitiram melhorar o perfil da dívida, tanto em termos de prazos como de taxas de juros, e, ao mesmo tempo, aumentar a proporção da dívida em moeda nacional.” (Kacef; López-Monti, 2010, p. 38) Brian Winter relata o que viu, ao se mudar para o Brasil em 2010: “Por força do destino, eu me mudei para São Paulo em meados de 2010, bem no momento em que o Brasil e outros países estavam no auge de um boom econômico. A economia do Brasil cresceria 7,6% naquele ano, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos se aproximavam e só se ouvia dizer que o ‘futuro finalmente havia chegado’ para o país. As estradas estavam abarrotadas com milhares de carros novos que chegavam às ruas todos os dias. Os aviões viajavam lotados de passageiros que voavam pela primeira vez — era fácil reconhecê-los pelos sorrisos tímidos em seus rostos enquanto procuravam por seus assentos. TVs de tela plana, máquinas de lavar e geladeiras eram vendidas como nunca antes e os restaurantes viviam cheios. Era uma visão verdadeiramente surpreendente e inspiradora, especialmente para um americano que acabava de passar pela Grande Recessão.” (WINTER, 2019)

progressistas e a introdução na América Latina daquilo que o historiador Olaf Kaltmeier denomina “refeudalização”, com o retorno de governos de direita: à extrema polarização da estrutura social com a distribuição desigual da terra e uma marcada segregação espacial somam-se a reafirmação de uma economia extrativista com a acumulação através da expropriação e a duplicação do poder econômico através do poder político, em forma de milionários que, como Mauricio Macri ou Sebastián Piñera se convertem em presidentes (Kaltmeier, 2019)⁴.

A insatisfação difusa, derivada do baixo crescimento, resulta não somente na volta ao poder da direita, através de eleições, como nos casos da Argentina e do Chile, mas é utilizada muitas vezes para se justificar golpes contra o próprio sistema democrático. Desta maneira, sucedem-se na América Latina desde 2015 uma série de golpes de estado, que pensávamos já superados: primeiro na Guatemala, depois no Paraguai, no Brasil e finalmente na Bolívia. Não se trata aqui, no entanto, de golpes de estado nos moldes tradicionais, com a intervenção direta das forças armadas e forte repressão militar, como a região conhecera nos anos 1960 e 1970: as novas formas de golpe de Estado que se deram em nosso continente no século XXI estiveram ancorados numa pseudo legalidade institucional dos processos de impedimento nas esferas parlamentares e jurídicas, apoiados e divulgados amplamente pelos meios de comunicação de massa. Em termos concretos, como aponta Michel Löwy, a nova estratégia das oligarquias latino-americanas parece ser a prática do “golpe de Estado legal”, forma que “se mostrou eficaz e lucrativa para eliminar presidentes (muito moderadamente) de esquerda” (Löwy, 2016).

Nesta mesma linha, Caio Vinicius Roldão Agarie, num interessante trabalho, mostra como os processos de ruptura constitucional e a implantação do estado de exceção em “democracias tardias” da região tiveram uma ampla influência de suas cortes judiciais, o que faz com que esses processos se diferenciam substancialmente dos processos acontecidos no século XX (Agarie, 2018). A seu ver, a política e a vontade de se manter o

⁴ “En las sociedades contemporáneas constatamos un estado de desigualdad social como en el viejo régimen: la acumulación de la riqueza en el 1% de la población, multimillonarios como presidentes, el aumento en el consumo de lujo, el surgimiento de una cultura de distinción, así como la concentración de la tierra y la segregación espacial.” (Kaltmeier, 2019)

status quo interferem de maneira assimétrica nos próprios procedimentos jurídico-políticos, acabando por esvaziar seu sentido jurídico. Assim, veríamos emergir na região aquilo que bem define Rubens Casara como um “estado pós-democrático”, que viria substituir o “estado democrático de direito, entendendo-se este como aquele Estado “que tem o compromisso de realizar direitos fundamentais e tem como principal característica a existência de limites legais ao exercício do poder” (Casara, 2017, p. 19)⁵. Na sua forma atual, o Estado “pós-democrático”, que estaria em vigor em vários países do continente atingidos pelo novo tipo de golpe de estado, já não teria “limites rígidos ao exercício do poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se aproximam, e quase voltam a se identificar, sem pudor” (Casara, 2017, p. 62-63)

A conjunção entre estagnação econômica, instabilidade institucional e regressão democrática, que se dá de forma diferenciada na região, acentuou o mal-estar social e estimulou a mobilização popular em diversos países. Um dos casos mais expressivos foi o chamado *estallido social* chileno, deflagrado em outubro de 2019, quando milhões de pessoas se mobilizam para protestar não contra políticas de austeridade circunstanciais, mas contra o próprio modelo que vinha sendo adotado naquele país desde a era pinochetista, e que não fora modificado com a redemocratização⁶. “*No son 30 pesos, son 30*

⁵ Casara aponta que a expressão “pós-democracia” costuma ser atribuída ao cientista político inglês Colin Crouch, “que a usou para designar o momento em que há o pleno funcionamento (formal) das instituições democráticas (eleições, liberdade de expressão etc.), mas no qual a dinâmica democrática progressivamente desaparece.” (Casara, 2017, p. 23) Para Rubens Casara, apesar deste termo ser forjado na Europa, vai ser na América Latina e na África que a pós-democracia se manifestaria de forma mais direta, combinando-se a transferência do poder decisório para as grandes corporações, com “a ruptura com o Estado Democrático de Direito e mesmo com os valores da democracia liberal”. (Casara, 2017, p. 24-25) Em sua obra seguinte, *Sociedade Sem Lei*, Rubens Casara aprofunda sua tese, defendendo a tese de que “o capitalismo, e mais precisamente, o neoliberalismo, produziu uma nova subjetividade, uma nova economia psíquica, na qual os limites ao gozo não se situam mais na lei ou no discurso, para serem, por vezes, encontrados no imaginário ou no corpo (próprio ou do outro). Desaparecem os limites externos. A lei perde importância.” (Casara, 2018, p. 23)

⁶ “A desigualdade social vem se ampliando no país há décadas. Segundo a *World Inequality Database*, o Chile é uma das nações mais desiguais do mundo: os 10% mais ricos detêm cerca de 60% da renda produzida no país. Além disso, não dispõe de educação superior gratuita, a saúde pública tem pouquíssimos recursos e as aposentadorias dos idosos dificilmente superam 300 mil pesos (cerca de 2,2 mil reais). O sistema de aposentadoria, baseado no sistema de capitalização e controlado pelas Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), entidades privadas, foi concebido muito mais para capitalizar projetos de investimentos privados do que para pagar pensões dignas. Entre os trabalhadores, 50% recebem um salário menor que 400 mil pesos (em torno de 3 mil reais), mas a cesta básica tem custo de Primeiro Mundo: 70 mil pesos (aproximadamente 520 reais). A realidade do país é muito diferente da imagem que se projeta dele no exterior. O Chile é como uma pessoa triste que sorri para as visitas.” (Rojas, 2021)

años", ecoavam os manifestantes que se referiam ao aumento de 30 pesos da tarifa do metrô e aos 30 anos de implantação do que entrou para a história como o modelo chileno de neoliberalismo. Naquele caso, os protestos, com uma pauta ampla e difusa, acabaram encontrando um objeto específico: a Constituição pinochetista de 1980, que funcionava como um elo entre o Chile atual e o passado ditatorial, configurando o pano de fundo legal para o neoliberalismo. Como resultado das manifestações, arrancou-se do governo a convocação de um plebiscito, no qual quase 80% se manifestaram a favor da convocação de uma assembleia constituinte exclusiva, eleita finalmente em 2021, com a tarefa de redigir uma nova Constituição para aquele país.

Dessa forma, a crise latino-americana deve ser compreendida em sua complexidade, como expressão de contradições acumuladas e disputas em torno da democracia, da justiça social e da construção de modelos de desenvolvimento alternativos. Neste quadro, a pandemia de COVID-19 que eclode em 2020 configura menos uma ruptura exógena do que um estressor sistêmico que tornou visíveis e aprofundou vulnerabilidades previamente acumuladas. Em contextos latino-americanos marcados por estruturas produtivas primário-exportadoras, elevada desigualdade de renda e capacidades estatais assimétricas, os efeitos sanitários articularam-se a reformas institucionais de viés regressivo e à judicialização estratégica da política (*lawfare*), resultando em maior precarização do trabalho, expansão da pobreza e aceleração da concentração de renda. No plano governamental, observaram-se regimes de exceção administrativa e respostas emergenciais com crescente centralidade de aparatos de segurança; no plano comunicacional, uma infodemia corroeu a confiança pública na ciência e nas instituições⁷; e, no plano societal, redes de solidariedade territorial e arranjos comunitários de cuidado mitigaram parcialmente a insuficiência das respostas estatais, ao mesmo tempo em que expuseram seus limites. Em síntese, a crise sanitária operou como teste de estresse de uma crise estrutural – social, política, econômica e

⁷ A esse respeito, confira Organização Mundial da Saúde (OMS), 2020, documento seminal que cunha e difunde o termo “infodemia”, relacionando-o diretamente à dificuldade de manter a confiança pública em meio ao excesso de informações falsas ou distorcidas.

cultural – já em curso. É a partir desse quadro que se examinam, nas seções subsequentes, as implicações sobre memória, identidade e políticas de patrimônio.

3. A LUTA PELA MEMÓRIA NA AMÉRICA LATINA

Laurajane Smith, em *“The Uses of Heritage”*, chama a atenção para o caráter conflitivo do patrimônio, ressaltando que o “processo ou momento do patrimônio” tem o potencial de ser “criticamente ativo”, sendo através dele que “as pessoas podem negociar a identidade, os valores e os significados que subjazem a ele, mas também através do qual elas também desafiam e tentam redefinir a sua posição ou ‘lugar’ no mundo ao seu redor” (Smith, 2006, p.7). Assim, o patrimônio não seria um bem ou processo apenas social e cultural, mas também político por excelência, com uma série de disputas sendo sempre negociadas por meio dele. Este “valor de conflito”, sempre presente nos processos de patrimonialização, fica muito visível se observarmos a cena latino-americana nos últimos anos, em que se travaram verdadeiras batalhas pela memória e pelo patrimônio.

Para começarmos pelo campo da memória, chama a atenção o processo de contestação a monumentos oficiais, em todo o continente. Para retomarmos o caso do Chile, desde o “estalido social”, entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020 se registraram 1.353 monumentos danificados durante as manifestações que tomaram as ruas daquele país. Não é fortuito também que neste processo os principais focos de ataque e ressignificação tenham sido signos que remetiam à conquista hispana (séculos XVI a XVIII) e à república – incompleta – chilena (séculos XIX e XX). Como comenta Claudia Oliva Saavedra:

A través de la transformación del patrimonio histórico y los monumentos, la sociedad civil cuestiona la validez de los mismos como objetos de memoria. La alteración de estos emblemas constituye un recurso que persiste a lo largo de la historia como símbolo de protesta. Las expresiones de descontento a través de barricadas, de grafitis y de afiches, han tomado cuerpo desde el 18 de octubre en Chile, como forma de alterar la vida cotidiana, un llamado de atención gráfico que se entrecruza con lugares consolidados claves para el funcionamiento de las ciudades. (Oliva Saavedra, 2020)

Assim, a crise de representação e a deslegitimação das instituições de governo e da

ordem vão se expressar tanto na série de revoltas para melhorar as condições de vida, quanto no plano simbólico, na transformação e/ou destruição de monumentos históricos e espaços significativos que fazem parte do contexto urbano.

Este caráter conflitivo em muitas camadas é percebido já no calor do momento, refletindo-se, por exemplo, no interessante projeto virtual @ MonumentosIncomodos⁸, que aparece como uma plataforma para se discutir essas temáticas, com o registro visual das intervenções realizadas sobre os monumentos públicos. A origem do nome é explicada pelos seus autores:

Llamamos “Monumentos Incómodos” a aquellos símbolos urbanos, tales como estatuas, nombres de calle, plazas u otros elementos conmemorativos y de homenaje en el espacio público que generan sentimientos de segregación, injusticia y odio en comunidades cuyos derechos han sido violentados sistemáticamente, producto de la colonización, racismo, xenofobia, patriarcado, homofobia, entre otros, y que representan una visión única de la historia de forma tangible, en que formas de abusos y discriminación no eran sancionadas ni menos reconocidas. Muchas veces en respuesta a estos monumentos incómodos se crean otros espacios de memorialización que pretenden reparar a las comunidades vulneradas, haciendo equivalentes ambos procesos. (Mora, Patricio et allí, 2020)

O projeto vai nascer em pleno “estalido social”, dias depois do 18 de outubro de 2019, quando começa a ficar claro que o descontentamento popular se dirigia a monumentos e a esculturas comemorativas, recolocando a questão da arte pública e de seu valor patrimonial. O projeto gerou um impressionante arquivo digital assim como a possibilidade de acompanhar, quase em tempo real, as intensas discussões e debates que se travavam. Seus objetivos e destino são muito bem descritos por Patrício Mora, Roberto Manríquez, Magdalena Novoa e Bárbara Oettinger, que estiveram envolvidos de formas diferentes no projeto:

Su archivo fotográfico colaborativo de más de 6.000 imágenes y videos de monumentos tras el 18 de octubre será donado al Archivo Nacional de Chile. Con una plataforma digital que posee más de 400 casos en el mundo, con diversos comentarios y aportes de más de 10.000 seguidores, este nuevo espacio virtual pretende una reflexión participativa sobre las diversas formas de resignificación

⁸ É interessante acompanhar a página do movimento no Instagram (<https://www.instagram.com/monumentosincomodos/?hl=es-la>), bem como ver sua versão mais recente, anglo-saxônica, *Uncomfortable Monuments*.

del denominado patrimonio nacional en todas sus formas y manifestaciones (remociones, alteraciones, reemplazos, transformaciones). Un espacio de "diálogo" entre la estatuaría del "poder" y las formas alternativas de conmemoración que proponen espontáneamente diversos colectivos que no se había sentido representados. (Mora, Patricio et al., 2020)

Se alguns dos monumentos foram modificados parcialmente por arranhões, pichações e adesivos, outros chegaram a ser destruídos, retirados ou substituídos⁹. Um dos casos mais significativos e amplamente divulgado, dado o seu simbolismo, aconteceu na cidade de La Serena, a cerca de 450 quilômetros ao norte de Santiago, onde os manifestantes substituíram um monumento em homenagem ao conquistador espanhol Francisco de Aguirre pela estátua "Milanka", em homenagem à mulher da cultura indígena diaguita.

Esse clima de contestação radical em relação aos monumentos, que culmina com a supressão de alguns deles, vem nos lembrar que o campo do patrimônio é sempre marcado intrinsecamente pelo conflito – existente e potencial, entre interesses e valores distintos, representados por diferentes sujeitos. O patrimônio envolve, como sabemos, um processo contínuo de negociação e releitura dos significados que o presente recupera do passado. Numa era como a nossa, caracterizada pelo antagonismo radicalizado entre narrativas sobre a história e a memória, não é de se estranhar que essa negociação não seja fácil, ganhando mesmo formas altamente competitivas e virulentas. A expressão “patrimônio dissonante”, cunhada por Turnbridge e Ashworth (1996) para se referir aos patrimônios que incluem uma discordância entre diferentes histórias e uma falta de concordância na forma como o passado é representado e as memórias usadas na esfera pública, parece-nos servir bem para sublinhar esse caráter conflitivo presente em nosso tempo. Essa ênfase nos conflitos e nas desarmonias – mais que na harmonia e na identidade compartilhada – tem ensejado uma rica discussão teórica em todo o mundo, colocando em pauta questões como as do pertencimento do patrimônio, da sua

⁹ Segundo o cadastro do Conselho de Movimentos Nacionais do Chile, no período 24 obras foram perdidas por completo, tendo sido retiradas ou substituídas. (MONTES, Rocío. Protestos no Chile questionam a história oficial de estátuas e monumentos nacionais. *O Globo*. 25.01.2020. <https://oglobo.globo.com/mundo/protestos-no-chile-questionam-historia-oficial-de-estatuas-monumentos-nacionais-24210241/>.

comercialização e acessibilidade, do apagamento das memórias traumáticas, da herança colonial, do imperialismo, da exclusão social baseada em classe e etnia, entre outras (Turnbridge; Ashworth, 1996).

No caso da América Latina fica muito clara a presença de fatores étnico religiosos nas disputas pela memória, que espelham de forma bastante explícita as tensões políticas contemporâneas do continente. O recurso à memória indígena e à opressão da conquista estão sempre presentes em diversas manifestações dessa luta contemporânea, com o pêndulo inclinando-se para um ou outro lado conforme os vencedores do momento. Assim, por exemplo, na mesma linha das manifestações chilenas, grupos indígenas da comunidade Misak, na cidade de Popayán, na Colômbia, tombam a estátua equestre de um colonizador espanhol, Sebastián de Belalcázar, argumentando que ele cometera crimes como genocídio e expropriação de terras de povos que habitavam a região, ação que é combatida com dureza pelo governo local¹⁰.

Em sentido inverso, a senadora de direita Jeanine Añez, que se proclamou presidente interina da Bolívia após o golpe de estado contra Evo Morales, exibiu orgulhosa não uma, mas duas Bíblias de grande tamanho ao assumir o cargo, prova, a seu ver, da força dos cristãos no cenário político boliviano¹¹. "Deus permitiu que a Bíblia voltasse a entrar no Palácio. Que Ele nos abençoe", declara Añez na ocasião. Paralelamente, as forças golpistas promoveram a queima, por todo país, da *wiphala* – um quadrado com sete cores no qual se representa a visão indígena do mundo, com o verde da produção agrícola, o violeta do poder comunitário ou o vermelho da terra, bandeira que tinha sido consagrada como símbolo oficial da Bolívia, durante o primeiro mandato de Evo Morales, entre 2006 e 2009.

¹⁰

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/17/grupos-indigenas-derrubam-estatua-de-colonizador-na-colombia.html>

¹¹ "A Bíblia volta ao Palácio: poder político cristão ganha força na Bolívia". Revista Exame. 13/11/2019. <https://exame.com/mundo/abiblia-volta-ao-palacio-poder-politico-cristao-ganha-forca-na-bolivia/>

4. A CRISE NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO BRASILEIRO

No plano regional, as políticas de patrimônio cultural refletem com nitidez as lutas pela memória que atravessam o continente. Como já discutido em trabalhos anteriores¹², a patrimonialização é um processo seletivo; tal seletividade torna-se ainda mais visível com a emergência, na América Latina, de um “estado pós-democrático” em substituição ao “estado democrático de direito”. Nesse novo arranjo institucional, políticas antes relativamente transversais perdem o horizonte universalista e passam a ser mobilizadas de modo imediato em favor das forças no poder – políticas ou econômicas –, frequentemente indistintas entre si. A trajetória brasileira recente fornece um observatório privilegiado desse processo de fragilização institucional, manifesta na conjugação de restrições orçamentárias, reconfigurações institucionais e crescente instrumentalização política do setor.

No caso do Brasil, este momento pós-democrático pode ser dividido, em duas etapas, que se manifestam também de forma diferenciada sobre as instituições e as políticas públicas, entre elas aquelas concernentes ao patrimônio cultural. Assim, podemos identificar um primeiro momento, que se segue ao Golpe de 2016, com o afastamento da Presidente eleita e sua substituição por um governo liderado pelo Vice-Presidente Michel Temer, quando se tenta implementar uma agenda completamente diferente daquela do governo reeleito em 2014. Organizado em torno de um projeto conhecido como “Ponte para o Futuro”, promove-se naquele governo o esvaziamento gradual de políticas sociais e culturais, com cortes expressivos nas áreas de saúde, educação e cultura – chegando o Ministério da Cultura a ser extinto –, sinalizando a reconfiguração do papel do Estado e a perda de centralidade das políticas de patrimônio¹³.

Esta agenda se reflete também nas políticas de patrimônio, tanto em nível federal, com a

¹² A este respeito, confira o autor, 2009.

¹³ Desde que assumiu interinamente a Presidência da República, em 12 de maio de 2016, Michel Temer anunciou a extinção do Ministério da Cultura e sua fusão com o Ministério da Educação. Recebendo críticas de personalidades e grupos ligados à produção cultural, ele rapidamente recua e recria o Ministério em 23 de maio.

substituição da direção do IPHAN, quanto em nível estadual e municipal, onde se desmontam instituições e instrumentos de proteção legal, se aproveitando do clima vigente. Assim, de norte a sul do país se vivencia uma rápida regressão nas pautas do patrimônio cultural. Para ficarmos apenas na região sul, por exemplo, vamos ter em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, em novembro de 2017, a revogação da lei do Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município, um inventário de proteção que coordenava esse mecanismo com o desenho urbano e era uma referência no país já havia mais de uma década¹⁴. Enquanto isso, em Florianópolis, capital de Santa Catarina, se esvazia o órgão responsável pela proteção do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Município, o tradicional SEPHAN, que trabalhava na perspectiva da integração com o planejamento urbano desde décadas¹⁵. Se este continua existindo, vai estar hoje altamente enfraquecido, sem vinculação institucional explícita e abrigado de forma provisória no IPUF. Ainda em 2017, no Paraná, 17 dos 20 especialistas que integravam o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Cepha) renunciaram para denunciar o que consideravam uma “equivocada política cultural”, que, a seu ver, colocava o patrimônio natural e cultural do Estado em risco, ao estabelecer – de forma regressiva – que os processos de tombamento só poderiam ter início com a anuência do governador¹⁶.

Este quadro se aprofunda com o início do segundo momento da “pós-democracia” brasileira, quando em 28 de outubro de 2018, no bojo de eleições manipuladas pela

¹⁴ <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/revogado-o-inventariodo-patrimonio-cultural-de-bens-imoveis>. Para uma discussão da utilização dos inventários urbanos como instrumentos de conservação, e, em especial, o caso do Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre, confira Castriota, 2009, p. 189-206.

¹⁵ O processo de preservação de Florianópolis iniciou-se em 1974, sendo a sua legislação a primeira iniciativa municipal de tombamento no Brasil. Na ocasião criou-se o SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, que, em 1980, foi incorporado na estrutura do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), iniciando-se um novo ciclo de preservação, no qual a preservação, que até então só contemplava grandes monumentos isolados, passou a ser concebida como elemento integrante do Planejamento Urbano da cidade. (Cf. IPUF. Patrimônio cultural de natureza material. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_09_2012_17.31.42.c65cee49008bc7bc1d872630ece1317e.pdf)

¹⁶

<http://www.gazetadopovo.com.br/haus/arquitetura/patrimoniohistorico-e-natural-do-pr-corre-risco-entenda-o-porque/>

intervenção violenta do Poder Judiciário e da mídia, elege-se como Presidente do país Jair Bolsonaro, deputado do Rio de Janeiro, que passa a capitanear, pela primeira vez na história nacional, a instalação de um governo declaradamente de extrema-direita. O cientista político Leonardo Avritzer chama a atenção para uma clivagem importante para se entender o período atual no Brasil: se entre 2016 e 2018, o elemento central do processo de regressão democrática estaria no “desempoderamento das instituições eleitorais pelas vias judicial ou pela via do impeachment”, com a ascensão de Bolsonaro, viveríamos um momento “marcado por elementos antidemocráticos, da proscrição da oposição e de movimentos sociais aos fortes enfrentamentos com o Judiciário e ameaças à liberdade de imprensa” (Avritzer, 2019, posição 1970).

A regressão democrática, que expressa também fortes elementos de “degradação institucional”, se aprofundaria no governo que se instala em 2019, que vai ser marcado, além disso, pela implementação de uma agenda neoliberal radical, com forte ataque às políticas sociais e desregulamentação generalizada. Segundo Avritzer, essa “radicalização do discurso liberal” não aceitaria nem mesmo “as moderações mínimas introduzidas ao longo do século XX no livre funcionamento do mercado”, extinguindo-se o Ministério do Trabalho e esvaziando-se completamente o Ministério do Meio Ambiente, que vai ser ocupado “por um ministro condenado por crimes ambientais” (Avritzer, 2019, posição 2057).

Esse direcionamento atinge em cheio as políticas de patrimônio: se se mantém inicialmente no IPHAN a diretoria nomeada pelo governo Temer, este órgão é paulatinamente esvaziado, com a diminuição de seu orçamento e do ritmo de seus trabalhos. Assim, o tradicional Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que fora atuante até nos períodos da ditadura militar, só se reúne uma única vez desde janeiro de 2019. Com a extinção do Ministério da Cultura, o IPHAN passa ao âmbito do Ministério da Cidadania e, em 2020, ao Ministério do Turismo. Apesar das tentativas de se aproximar das pautas do governo Bolsonaro, a equipe que comandava o órgão desde 2016 acaba destituída em 2019, nomeando-se para a Presidência do IPHAN uma técnica do Ministério do Turismo sem qualquer trajetória na área do patrimônio cultural,

ocupando-se também as superintendências regionais e os postos de comando técnico com militantes do bolsonarismo. Para o importante Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), indica-se um pastor evangélico, o que mostra a tomada do aparelho do estado pelas forças que sustentam o atual governo. O jornal *Correio Brasiliense* analisa a substituição, chamando a atenção para os efeitos que ela poderia ter sobre as tradições de grupos étnicos e comunidades tradicionais:

A mudança é vista como mais uma escolha ideológica no governo. A diretoria em questão é importante, quando cuida de políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial, o que envolve celebrações e formas de expressão de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, por exemplo. O órgão vem sofrendo mudanças questionadas por especialistas, servidores e ex-servidores do Iphan¹⁷.

5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A CRISE SANITÁRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Para concluir, podemos retomar a consideração inicial acerca da ideia de crise: se toda crise demarca um “antes” e um “depois”, ela também cristaliza e torna visíveis tendências preexistentes. Ao acompanhar a crise econômico-político-social latino-americana e seus reflexos nas políticas de memória e de patrimônio, buscamos destacar que a emergência do coronavírus, em 2020, sobretudo evidenciou e acentuou traços e dinâmicas já presentes em nosso continente.

No que diz respeito especificamente à crise sanitária, é fundamental situar corretamente nossas reflexões: a pandemia, além de fato biológico, constituiu um evento global no qual a *dimensão cultural* desempenhou papel central. A esse respeito, lembro a observação de Byung-Chul Han, já em abril de 2020, sobre o rigor dos procedimentos adotados em países asiáticos – disciplina e vigilância individualizada – em contraste com estratégias europeias mais difusas, evocando medidas disciplinares históricas (entrevista ao *Clarín*, 17/04/2020)¹⁸. Suas notas sublinham um ponto decisivo: como mostraram Michel

¹⁷ “Pastor será nomeado diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan”. *Correio Brasiliense*. 04.12.2020. <https://www.correobraziliense.com.br/politica/2020/12/4893223-pastor-sera-nomeado-diretor-do-departamento-de-patrimonio-imaterial-doiphan.html>.

¹⁸ Byung-Chul Han: Vamos hacia un feudalismo digital y el modelo chino podría imponerse”. *Clarín*. 17.04.2020.

Foucault e Susan Sontag, uma doença nunca é apenas um fenômeno físico; ela se configura no plano das representações, que orientam a percepção social e as formas de enfrentamento (Foucault, 2008; Sontag, 1984; Sontag, 1989). Considerando que o patrimônio opera, em larga medida, no registro das representações — e não apenas das coisas —, impõe-se um conjunto de questões sobre a pandemia que ultrapassa a manutenção da materialidade dos bens.

Nesse sentido, é especialmente útil o Relatório preparado pela força-tarefa do ICOMOS internacional, que, com base em questionário dirigido aos Comitês Nacionais (julho-outubro de 2020), analisou o impacto da COVID-19 sobre o patrimônio cultural e apresentou recomendações iniciais para um quadro de resiliência comunitária (Kono *et al.*, 2020, p. 2-3). O documento organiza-se em três seções principais: (i) panorama das respostas dos comitês, com exemplos significativos; (ii) implicações observadas nas três categorias de patrimônio (tangível, intangível e natural); e (iii) diretrizes para uma estrutura mais resiliente. Com 45 respostas e mais de 200 estudos de caso, o relatório evidenciou impactos econômicos, sociais, físicos, ambientais e científicos sobre acesso, uso, fruição, conservação e gestão.

No patrimônio tangível, destacaram-se o colapso do turismo, cortes orçamentários, fechamento de monumentos e sítios e medidas de distanciamento social, com efeitos negativos diretos sobre conservação e gestão. No patrimônio cultural imaterial, todos os domínios foram severamente afetados, revelando seu papel na auto expressão e na reprodução de valores e identidades: cancelamentos de festividades e celebrações, rupturas do cotidiano e interrupções de práticas e rituais sociais foram recorrentes. Por fim, no patrimônio natural, verificaram-se desafios e oportunidades: a conexão e o engajamento comunitários com os sítios foram condicionados por respostas governamentais (distanciamento, *lockdowns*, uso de máscaras) e por ações de organizações e indivíduos (Kono *et al.*, 2020, p. 2-3)¹⁹.

https://www.clarin.com/cultura/byung-chul-vamos-feudalismo-digital-modelo-chino-podria0_QqOkCraxD.html.

¹⁹ Para além do diagnóstico, o relatório avança um conjunto de ações estratégicas para apoiar os comitês nacionais: (1) intercâmbio e compartilhamento de boas práticas, com recomendações para o patrimônio em contexto de COVID-19; (2) coleta de dados empíricos e pesquisa em escala internacional; (3) aperfeiçoamento de encontros on-line e

Fica claro, portanto, que a pergunta não se limita aos efeitos imediatos e visíveis — fechamento de sítios, queda abrupta de visitantes, cancelamento de festivais e cerimônias —, mas se volta aos efeitos profundos de uma pandemia dessa natureza sobre todas as esferas da vida social. Uma indagação atravessa as demais: como reorganizarmos nossas relações com o mundo e com os outros após o advento do coronavírus? Entre as múltiplas dimensões envolvidas, uma tendência já nítida é o fortalecimento das mediações virtuais em detrimento das presenciais, em razão do distanciamento social. Fenômenos já em curso, como teletrabalho e ensino a distância, tornaram-se onipresentes, substituindo, por vezes, experiências presenciais. No campo do patrimônio, observou-se um movimento duplo: de um lado, quase inacessibilidade de sítios e instituições; de outro, ampliação da difusão digital, com portais mais completos e visitas virtuais. Adicionalmente, multiplicaram-se os webinários (ou *conversatorios*) sobre temas diversos, em provável esforço de mitigar o isolamento social.

Também no caso latino-americano, a análise dos impactos da pandemia sobre o patrimônio cultural não pode ser dissociada do contexto mais amplo da crise que vivia a região. A COVID-19 atuou como um estressor sistêmico que se somou a dinâmicas já em curso de estagnação econômica, polarização política e regressão democrática. Nesse sentido, as restrições orçamentárias que atingiram o patrimônio durante a crise sanitária não constituíram fenômeno isolado, mas reforçaram um movimento estrutural de desmonte institucional e de captura das políticas culturais por interesses de ocasião, que já se evidenciava em diversos países da região.

Do ponto de vista socioeconômico, a pandemia expôs de forma aguda a vulnerabilidade de economias primário-exportadoras, dependentes do turismo e do setor de serviços. O colapso dessas atividades comprometeu a sustentabilidade financeira de instituições culturais e patrimoniais, ao mesmo tempo em que ampliou a precarização do trabalho, a

fortalecimento de redes regionais; (4) apoio em tecnologia da informação e formação em mídias digitais; (5) defesa continuada do patrimônio conforme a missão do ICOMOS; (6) iniciativas educativas com comunidades; (7) apoio ao monitoramento local dos sítios; e (8) recomendações e aconselhamento técnico-financeiro aos governos, incluindo a manutenção do financiamento público pré-pandemia para atividades de patrimônio (Kono *et al.*, 2020, p. 3).

pobreza e a desigualdade. A redução do investimento público em cultura e patrimônio, associada a processos de concentração de renda e enfraquecimento dos mecanismos de proteção social, agravou ainda mais o quadro de fragilidade institucional e de perda de capacidades estatais.

No campo da memória e do patrimônio, a crise reforçou a dimensão conflitiva já presente no continente. Monumentos, práticas culturais e narrativas históricas tornaram-se arenas privilegiadas de contestação social, revelando “patrimônios dissonantes” que refletem as disputas por reconhecimento e pertencimento em sociedades atravessadas por profundas desigualdades étnicas, raciais e de classe. A interrupção de festividades e rituais, somada ao fechamento de sítios culturais, não significou apenas a suspensão de práticas, mas a interrupção de mecanismos de reprodução simbólica e identitária fundamentais para as comunidades.

No caso brasileiro, essas tensões se manifestaram de maneira particularmente aguda. A pandemia coincidiu com a consolidação de um ambiente político marcado pelo avanço do chamado “estado pós-democrático”, no qual políticas de patrimônio foram sistematicamente esvaziadas por cortes orçamentários, nomeações ideológicas e desmonte de órgãos técnicos como o IPHAN. A ausência de coordenação federal consistente frente à crise sanitária somou-se à negligência com relação às instituições culturais, gerando impactos diretos sobre a conservação de bens, a continuidade de políticas de salvaguarda e a proteção do patrimônio imaterial. Além disso, práticas simbólicas de negação da ciência e da memória histórica reforçaram disputas narrativas, fragilizando ainda mais o papel do patrimônio como instrumento de coesão social e como bem público.

Dessa forma, a pandemia não apenas evidenciou a necessidade de novas formas de resiliência patrimonial, como também explicitou a centralidade do patrimônio nas disputas políticas contemporâneas da América Latina. Ao mesmo tempo em que revelou a fragilidade das instituições, abriu espaço para arranjos alternativos, como redes comunitárias de solidariedade, iniciativas digitais de difusão cultural e novas

modalidades de participação social, como mostramos em outros trabalhos (Autor; Braga, 2016). A crise, nesse sentido, pode ser entendida tanto como ameaça quanto como oportunidade: ameaça, pela intensificação das vulnerabilidades preexistentes; oportunidade, por impulsionar reflexões críticas e a busca por marcos mais inclusivos e democráticos de governança do patrimônio e da memória.

REFERÊNCIAS

- AGARIE, Caio Vinicius Roldão. **Estado de Exceção em Democracias Tardias: O Brasil e a América Latina no Século XXI**. Jacarezinho, 2018.
- AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. [S.l.]: Todavia, 2019. E-book (Kindle).
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASARA, Rubens R. R. **Sociedade sem lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; BRAGA, Gabriel. Patrimônio insurgente: estetização e resistência cultural no Brasil do início do século XXI. **Anais do Congreso Internacional Contested_Cities**. Madrid, 2016. Disponível em:
<http://contested-cities.net/working-papers/2016/patrimonio-insurgente-estetizacao-e-resistencia-cultural-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi/>
- CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun.-out.)**. São Paulo: Annablume, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- KACEF, Osvaldo; LÓPEZ-MONTI, Rafael. **A América Latina e a crise internacional**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/125>

KALTMEIER, Olaf. **Refeudalización: desigualdad social, economía y cultura política en América Latina en el temprano siglo XXI**. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/biblioteca_calas/detalle.php?id_libro=1817

KONO, Toshiyuki; ADETUNJI, Olufemi; JURČYS, Paulius; NIAR, Sanaa; OKAHASHI, Junko; RUSH, Virginia (org.). **The Impact of COVID-19 on Heritage: An Overview of Responses by ICOMOS National Committees (2020) and Paths Forward**. ICOMOS, 2020. Disponível em: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2415/>

MORA, Patricio; MANRÍQUEZ, Roberto; NOVOA, Magdalena; OETTINGER, Bárbara. **Monumentos incômodos. Artishock Revista de Arte Contemporâneo**, 05 jul. 2020. Disponível em: <https://artishockrevista.com/2020/07/05/monumentos-incomodos>

NAYYAR, Deepak. **A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Managing the COVID-19 infodemic: Promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation**. Geneva: WHO, 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROJAS, Carolina. **A morte e a festa: os chilenos se preparam para criar uma nova Constituição - e um novo país**. Revista Piauí, São Paulo, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/morte-e-festa>

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

SONTAG, Susan. **AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

Sopa de Wuhan. Buenos Aires: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. Disponível em:

<https://www3.unicentro.br/defil/wp-content/uploads/sites/67/2020/05/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>

TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. **Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict**. Chichester: Wiley, 1996.

WINTER, Brian. **A longa ressaca da América Latina**. Época, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/a-longa-ressaca-da-america-latina-23584379>